

MÓDULO C – FASE I

Curso: Licenciatura Plena em FILOSOFIA - EaD

Disciplinas: Sistemas de Ensino e Políticas Educacionais

Roteiro de Estudos para realização das Provas Regulares
Prova Objetiva e Discursiva de Sistemas de Ensino E políticas Educacionais

Período: 17/10 a 04/11/2016

Obs. As páginas indicadas são uma referência de orientação, não dispensam a leitura dos capítulos correspondentes as páginas.

Disciplina: **Sistemas de Ensino e Políticas Educacionais.**

Livro-base: CORDIOLLI, Marcos Antônio. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil.** Curitiba: InterSaberes, 2011.

Temas:

Sobre O taylorismo

“O taylorismo se generalizou pelo mundo e passou a impactar as políticas educacionais, pois requeria que os sistemas educativos formassem trabalhadores alfabetizados e adestrados para as tarefas repetitivas[...] A No final do século XIX, com a implantação de técnicas racionalizadas de gestão do trabalho nas empresas, da qual o taylorismo foi o modelo mais utilizado, passaram a ser exigidos do trabalhador os seguintes pontos: [...]ser obediente ao modelo de gestão de pessoal, cumprindo os horários da sua respectiva jornada de trabalho, obedecendo aos seus respectivos supervisores e se adaptando às mudanças de tecnologia [...]O princípio do taylorismo era o de que o trabalhador deveria atuar num posto de trabalho, realizando tarefas específicas e repetindo-a o maior número de vezes possível em sua jornada diária de trabalho. Assim, o trabalho foi racionalizado, dividido em micro tarefas assumidas, cada uma, por um trabalhador”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 44 e 45)

Sobre os princípios e finalidades da Educação para a EJA

A LDBEN de 1996 determinou, ainda, a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos “com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”. “Sobre os alunos que frequentam o ensino fundamental fora da idade considerada apropriada — a CF 1988 e a LDBEN de 1996 garantem o direito ao ensino fundamental ‘assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria’. A LDBEN de 1996 determinou, ainda, a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos ‘com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem

trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola ‘ ”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 127)

Neoliberalismo

A expressão mais acabada dessa estratégia política, para a América Latina, se deu em novembro de 1989, quando funcionários do governo estadunidense reuniram-se com os especialistas em assuntos latino-americanos do FMI, Bird/Banco Mundial e BID, num evento que ficou conhecido como o ‘Consenso de Washington’ ”. (Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 61)

Transporte escolar

A oferta de transporte escolar público e gratuito deve ser realizada para garantir a educação para a população em idade escolar que não têm escola ou não encontrem vagas próximas as suas residências. As escolas da zona rural geralmente recorrem ao transporte escolar, no entanto, em grandes cidades esse sistema ainda é utilizado, principalmente em áreas do crescimento populacional irregular. Algumas instituições de defesa da educação ou dos direitos das crianças têm denunciado o descaso de autoridades públicas que preferem ofertar o transporte a construir ou expandir escolas em áreas de grande densidade populacional”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 126).

Finalidades das etapas da educação

A educação infantil tem como finalidade o ‘desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade’ (art. 29). [...] O ensino fundamental tem como finalidade a formação do cidadão, a partir de: I o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo [...] O ensino médio tem como finalidades: [...] III o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...]”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 121 - 122)

Avaliação na educação infantil

A avaliação na educação infantil é definida como ‘acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental’ (LDBEN, art. 31). A frequência mínima é de 75% da jornada escolar (LDBEN, art. 24, VI), que também é utilizada como critério de promoção escolar e intrinsecamente vinculada aos processos avaliativos”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 171) níveis e modalidades de ensino previstos na As escolas no campo possuem uma forma específica de funcionamento, que não constitui uma modalidade determinada

(como a educação indígena), mas a torna distinta, em vários aspectos, da oferta escolar urbana”. A educação do campo NÃO se configura como nível nem como modalidade de ensino. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 140-141)

Escolas particulares

As escolas particulares, como empresas, também estão reguladas por legislações cíveis, tais como: as mensalidades podem ter um teto máximo de reajuste fixado pelo governo federal e podem ser reguladas pelos órgãos de defesa do consumidor”. [...] “Nesse sentido, as escolas particulares de educação básica devem ser credenciadas no respectivo sistema de ensino (municipal e estadual), no qual devem apresentar as propostas curriculares e pedagógicas, que podem ou não ser aprovadas”. [...] “O financiamento de instituições escolares privadas com recursos público foi regulado pela CF de 1988, que determinou que tais recursos só sejam destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, sendo que estas devem atender as seguintes condições: ‘(a) a comprovação de finalidade não lucrativa e aplicar os seus excedentes financeiros também em educação; (b) assegurar que os seus patrimônios seriam destinados, em caso de extinção da instituição, a escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, ou entidades públicas (CF, art. 213; LDBEN, art. 70); e (c) capacidade de autofinanciamento das instituições (LDBEN, art. 7º) — por isso os recursos públicos devem ser apenas complementares e não os efetivos sustentáculos dessas escolas’ ”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 151-152)

A avaliação segundo a LDBEN

A progressão escolar pode ocorrer por três formas segundo a LDBEN de 1996: por promoção, em função de aproveitamento na respectiva fase escolar; • “mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada”, independente de escolarização anterior, e, neste caso, é necessário que o respectivo sistema de ensino regule este processo; • progressão regular (automática) (LDBEN, art. 24)”. Visto que: “A definição da forma de progressão depende das instituições ou das redes escolares. Nos casos da progressão regular, o regimento escolar pode prever formas de progressão parcial, que devem ser aprovadas pelo respectivo conselho de educação. A legislação determina, no entanto, que essas regulamentações garantam a preservação da sequência do currículo (LDBEN, art. 24,111)”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 177)

Sobre a educação básica e a educação superior

Educação básica: Educação infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio. Educação Superior: Graduação e Pós-graduação. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 134)

Sobre o CNE

O CNE é regulado pela Lei nº 9.131/1995. É composto por conselheiros nomeados pelo presidente da República, que seleciona representantes de diversas áreas, como intelectuais da educação superior e básica, do setor privados etc. Alguns são indicados por entidades corporativas, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação Pública”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 156)

Controle de aplicação dos recursos públicos na educação

A alternativa II é correta: “O ministério público também pode ser acionado para investigar gastos irregulares e processar os governantes e funcionários que fizeram uso indevido dos recursos públicos”. [...] A alternativa III é correta: “Os governos distrital, estaduais e municipais que recebem dinheiro público devem manter um sistema de controle interno com prestações de contas específicas. Geralmente a Controladoria Geral do Município, do Estado e do Distrito Federal são responsáveis por fiscalização e regularização das prestações de contas desses recursos. O controle externo é realizado pelo poder legislativo (as Câmaras de Vereadores, Câmara Distrital e Assembleias Legislativas) que julgam periodicamente os gastos públicos com base em pareceres do pelos Tribunais de Contas “ [...] As penalidades para os governos estaduais e prefeituras são: proibição de celebrar convênios e receber recursos do governo federal (e para os municípios também dos governos estaduais) [...] “. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p.296-297)

Idade para a educação fundamental

“O ensino fundamental possui duração de nove anos, com o ingresso da criança aos seis anos (LDBEN, art. 32). Nessa mesma lei, o ensino fundamental foi organizado com oito anos, sendo que a ampliação para nove foi instituída pela Lei nº 11.114/2005, com a transição ocorrendo entre 2007 e 2010, período em que todas as crianças de seis anos deveriam ser matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental (Lei nº 11.274/2006, sendo, portanto transferidas da educação infantil”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 135)

Diretrizes curriculares nacionais

“O estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que definem os conteúdos mínimos e as orientações para a produção dos currículos pelas escolas (LDBEN, art. 90, IV), sendo estas formuladas e aprovadas pelo CNE”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 143)

O papel das prefeituras

“Os municípios são obrigados a oferecer a educação infantil e, prioritariamente, o ensino fundamental [...]”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 146)

Habilitação dos professores

“Os professores da primeira etapa são formados em cursos de pedagogia e de magistério de ensino médio “Os da segunda etapa são especialistas habilitados em cursos de licenciatura conforme a disciplina que vai complementar”. A “Portanto, na primeira etapa os professores são regentes, com habilitação para todas as disciplinas, sendo complementados por professores especialistas de ensino da arte, religioso e educação física” [...]. (Livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 137)

PROVA DISCURSIVA

Familiars e a vida escolar dos estudantes.

Os familiares são também sujeitos escolares, pois influenciam a vida escolar dos estudantes na proporção direta do estímulo e do provimento de condições de estudo. Também podem participar em diferentes níveis da gestão escolar, mas geralmente pressionam as escolas quanto à qualidade da educação ofertada e questionam as metodologias e práticas pedagógicas. As concepções educacionais dos familiares podem variar. Alguns deles podem fazer exigências particularizadas para os seus filhos, ao passo que outros têm preocupações com a qualidade da instituição escolar como um todo. Alguns são partidários de metodologias mais conservadoras, outros desejam propostas pedagógicas mais flexíveis. Os familiares podem ser influenciados pelas notícias sensacionalistas sobre educação veiculadas nas mídias, o que pode provocar transtornos em suas relações com as escolas. No entanto, o efetivo envolvimento dos familiares nos processos pedagógicos e de gestão tem se mostrado promotor de mudanças culturais nos âmbitos escolares”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 37)

A LDBEN

“O principal instrumento da vida de um país é a sua constituição federal, pois ela apresenta os princípios e os fundamentos que organizam a vida social. No Brasil, além do que prescreve a constituição, foi instituída a lei nº 9.394/1996 que fixa as diretrizes e bases para a educação nacional (LDBEN) que regula os principais mecanismos da educação escolar no país”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 112)

Sobre a Social-democracia

“A socialdemocracia foi uma corrente política que reuniu partidos de esquerda (com denominações diversas, tais como socialdemocratas, socialistas e

trabalhistas). Na Europa, diversos partidos socialdemocratas, quando no comando de governos, impulsionaram a constituição de Estados de bem-estar claramente orientados para a desmercantilização dos bens sociais. Instituíram simultaneamente mecanismos de redistribuição de renda, como forma de relativizar as diferenças sociais”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 52-53)

Sobre transporte escolar

“A oferta de transporte escolar público e gratuito deve ser realizada para garantir a educação para a população em idade escolar que não têm escola ou não encontrem vagas próximas as suas residências. As escolas da zona rural geralmente recorrem ao transporte escolar, no entanto, em grandes cidades esse sistema ainda é utilizado, principalmente em áreas de crescimento populacional irregular. Algumas instituições de defesa da educação ou dos direitos das crianças têm denunciado o descaso de autoridades públicas que preferem ofertar o transporte a construir ou expandir escolas em áreas de grande densidade populacional”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 126)

A função redistributiva na área educacional

A função redistributiva — o governo federal está obrigado a promover transferências de recursos das regiões mais ricas para as mais carentes. O exemplo principal dessa atividade é Fundef e o Fundeb, que procuram equilibrar a distribuição de recursos entre as diferentes regiões do país”. (livro base Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil, p. 143)

Livros disponíveis também NA Biblioteca Virtual.

Observações:

- a) O horário de início e encerramento das atividades é sempre 18h (horário de Brasília);
- b) Os livros também estão disponíveis nos roteiros de aprendizagem no AVA e na biblioteca virtual.

Bons Estudos!